

Gestão pública Para especialistas, piora de indicadores pode ser revertida com gestão e persistência política

Rio vive ciclo de piora social e futuro mais pobre é ameaça



Bruno Villas Bôas
Do Rio

Com a decadência econômica e política ao longo dos anos, os desafios sociais do Rio de Janeiro tornaram-se crescentes — e as saídas, cada vez mais complexas. Expansão de favelas, piora do emprego e da desigualdade, rede pública de ensino mal avaliada e uma periferia metropolitana pobre, além do sistema de saúde que mostra fragilidades na pandemia.

Na terceira parte da série de reportagens sobre o Rio, o **Valor** ouviu nove especialistas em temas do campo social — como renda, habitação, mobilidade, educação, saúde e segurança — para dimensionar os problemas e apresentar possíveis caminhos. A boa notícia é que existem soluções, mas que exigem longos processos e esforço político.

Diretor do FGV Social, o economista Marcelo Neri afirma que, se nada for feito para mudar a rota de decadência exibida nos últimos anos, o conceito do Rio de Janeiro como “cidade partida”, popularizada pelo livro-reportagem do jornalista Zuenir Ventura, não será apenas sobre o “morro” e o “asfalto” (pobreza e riqueza), mas também sobre um passado glorioso e o futuro pobre.

“Os indicadores sociais do Rio tiveram desempenho inferior ao do restante do país a partir dos anos 1970, o que tem a ver com a perda da capital federal anos antes. Houve até um período de melhora, com investimentos e empregos para sediar a Olimpíada de 2016. Depois, voltamos a descer a ladeira”, diz Neri, um dos principais especialistas do país em desigualdade.

Com o fim dos Jogos Olímpicos e a recessão nacional, a taxa de desemprego do Estado do Rio cresceu aceleradamente e atingiu 16,4% no segundo trimestre deste ano, a quinta maior do país. O choque inicial da pandemia de covid-19 influenciou o recente incremento do desemprego, mas o Estado do Rio já exibia indicadores piores do que a média nacional mesmo antes.

A perda de empregos foi maior entre trabalhadores menos qualificados. Desta forma, a desigualdade de renda do Estado do Rio era a 11ª maior do país em 2019, com índice de Gini de 0,551 — o índice varia de zero a um, sendo zero a igualdade perfeita. É o pior resultado nas regiões Sul e Sudeste, além de ficar acima da média nacional (0,543).

Os indicadores sociais do Rio de Janeiro tiveram desempenho pior que o país a partir dos anos 1970

As razões para esse elevado desemprego foram mostrados na primeira reportagem da série, sobre a crise econômica fluminense e suas saídas. Especialista em mercado de trabalho, Bruno Ottoni, da consultoria IDados, diz que, além das medidas para diversificar e reaquecer a economia, ações pontuais podem ajudar a melhorar os indicadores de emprego.

“Dadas as dificuldades fiscais locais, é possível pensarmos em políticas que não sejam caras. Um exemplo é criar uma plataforma virtual de candidatos e vagas, que

incluam o setor formal e informal, alocando melhor as pessoas”, diz Ottoni. “É também possível incentivar a formalização, com programa de simplificação de abertura de empresas.”

Como outras grandes capitais, a expansão urbana do Rio foi caótica e criou uma região metropolitana espalhada, repleta de problemas urbanísticos, inclusive em saneamento básico (tema da próxima reportagem da série do Rio). São desarranjos potencializados pela complexa geografia de mar e montanha — a mesma que torna a paisagem do Rio tão exuberante.

A favela é a face mais visível desse problema. Surgidas no fim do século 19 com o retorno de soldados da guerra de Canudos ao Rio, elas ainda estão em expansão, um século depois. Em 2017 e 2018, o aumento foi de 361 mil e 246 mil metros quadrados, respectivamente. São as maiores altas desde 2008, segundo o Instituto Pereira Passos (IPP), ligado à prefeitura do Rio.

O urbanista Washington Fajardo acredita que o poder público desistiu de buscar soluções para as comunidades nos últimos anos, embora existam boas práticas possíveis de serem exploradas. Uma delas foi o Favela Bairro, programa da primeira gestão de César Maia na prefeitura do Rio, nos anos 1990. O programa levou infraestrutura para as favelas, como urbanização, criação de creches e postos de saúde.

“O Favela Bairro foi uma referência internacional, embora incompleta porque, à medida que as favelas ganhavam infraestrutura, a densidade populacional crescia, verticalmente e horizontalmente”, diz Fajardo. Ele afirma que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) também foram experiências incompletas. “Pecou ao não realizar políticas de urbanização, moradias e serviços.”

Para ele, são necessárias múltiplas ações para enfrentar e atacar o déficit habitacional. Uma iniciativa seria converter “vazios urbanos” na região central da cidade em moradias populares. É o caso da região da Leopoldina, no centro, além de localidades em decadência industrial, como Benfica. Outra resposta seria o aluguel social. “Nenhum lugar do mundo faz política habitacional com solução única”, diz.

Até porque a desigualdade de oportunidades não se limita à distância entre “morro” e “asfalto”. Para o economista Mauro Osório, professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a distância seria maior, inclusive, entre a capital e a periferia metropolitana do Rio, que tem municípios entre os piores do país em indicadores sociais.

Dados do Índice de Desenvolvimento Municipal, de 2018, elaborado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), ilustram essa distância. São Gonçalo (0,6189), Queimados (0,6048), Belford Roxo (0,5963) e Japeri (0,5816) são



Marcelo Neri, diretor do FGV Social: Rio precisa de mudanças para evitar “futuro pobre”, após “passado glorioso”

exemplos de municípios do entorno do Rio com desenvolvimento bem inferior à mediana nacional (0,6743). Na capital fluminense, o IDHM é de 0,7886.

Osório acredita que o subdesenvolvimento do periferia está relacionado ao fato de a cidade do Rio ter sido a capital do país até 1960 e, posteriormente, do Estado da Guanabara, que durou até 1975 e correspondia ao atual município do Rio. Segundo ele, todo imposto gerado na cidade ficava na cidade, limitando investimentos nos municípios de seu entorno.

“As pessoas moram na periferia, mas trabalham no Rio, geram imposto para o município do Rio. A periferia da região metropolitana do Rio é a mais precária entre todas as periferias metropolitanas do Sul e Sudeste do país”, afirma Osório, para quem é preciso, portanto, ampliar o debate sobre o desenvolvimento regional e também dos estímulos à boa política.

São problemas que legaram um déficit de mobilidade, que seria ainda maior sem os investimentos realizados para a cidade sediar os Jogos Olímpicos de 2016. Foram R\$ 15 bilhões em linha de metrô, corredores exclusivos de ônibus (BRIs) e veículos leves sobre trilhos (VLTs). Mesmo assim, encurtar a distância entre periferia e centro permanece um problema.

Bernardo Serra, gerente de políticas públicas do Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (IIDP), explica que a mobilidade urbana é uma ferramenta para desconcentrar acesso a oportunidades e a equipamentos públicos. “O emprego está no centro do Rio, mesmo o informal. Melhorar deslocamentos é distribuir oportunidades”, afirma o especialista.

Por isso, ele estuda meios de reduzir o trânsito da região metropolitana. Com base em dados de GPS dos ônibus, identificou 90 quilômetros de trechos problemáticos. “Desses trechos que identificamos, metade já tinha alguma proposta de solução. Planos já foram feitos, já existem. Parte do problema está na execução das políticas”, explica Serra.

Há muito a ser feito também na educação fluminense. Dados da assessoria fiscal da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) mostram que o Estado tem só dois mu-

nicipios entre os mil melhores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) dos anos iniciais do ensino fundamental. Dos municípios com mais de 100 mil habitantes do Sul e Sudeste, os dez piores são do Estado do Rio.

Claudia Costin, diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (CEIPE) da Ebape/Fundação Getúlio Vargas (FGV), diz que os resultados ruins da educação das cidades fluminenses são uma combinação de fatores sócio-econômicos com a gestão ruim da rede pública de ensino. Para ela, a política é fundamental na educação.

“Educação, para funcionar bem, demanda sistema político que olha para educação como política de Estado, e não do governo. Isso significa, na prática, desde escolha de secretários, com combinação que não é muito frequente de alguém que entenda de educação e gestão de política pública”, afirma Costin, que foi secretária municipal de Educação da prefeitura do Rio.

O Rio combina o desafio de vencer o tráfego e a milícia, que é o próprio Estado, o mais complexo dos desafios

Melhorar a qualificação é um dos caminhos da empregabilidade dos jovens. Sérgio Guimarães, diretor do Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), diz que existem 300 mil pessoas na cidade do Rio, de 15 a 29 anos, que não estudam nem trabalham, os chamados “nem nem”, fenômeno nacional que se repete na cidade.

Para ele, o problema vai além da formação escolar tradicional. As empresas teriam vagas, mas não encontram jovens com habilidades sócio-emocionais para preenchê-las, acredita. Para Guimarães, faltam “soft skills” — habilidade em interações e compromissos. “Faltam ambas as competências e não tem política de capacitação para lidar com isso”, afirma.

Existem boas práticas que po-

dem ser copiadas nesse campo. Além de programas baseados no esporte, ele chama atenção para o programa “Becoming a man” (“Tornando-se homem”, na tradução literal), em Chicago (EUA), focado em jovens em situação de risco. O programa melhora habilidades emocionais, escolares e reduz casos de violência entre os jovens.

Os problemas sociais também dizem respeito, afinal, à segurança. Estatísticas colocam o Estado Rio na 11ª posição de taxa de morte violenta intencional em 2018 (39,1 mortes por 100 mil habitantes), pior do que a média nacional (27,5). Para Daniel Cerqueira, conselheiro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa não reflete a “complexidade” do problema.

Cerqueira diz que o Rio conseguiu reduzir as estatísticas de homicídios a partir de 2003, ano do Estatuto de Desarmamento. Em 2008, a primeira UPP foi implantada na favela Dona Marta, zona Sul do Rio. Os indicadores passaram por período de piora com os problemas fiscais, entre 2015 e 2016.

“A tendência de queda da violência retornou nos últimos anos, mas o Rio combina o desafio de vencer o tráfego e a milícia, que é o próprio Estado, o mais complexo dos desafios”, diz Cerqueira. “Enfrentar a criminalidade começa por um expurgo radical de maus policiais, atuar com contrainteligência contra milícias, reequipar a Polícia Civil”, diz Cerqueira.

Os desafios são outros na área da saúde. Miguel Lago, diretor-executivo do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), diz que a oferta de leitos hospitalares da cidade do Rio estaria acima da média nacional. Mesmo assim, a saúde do Rio vai “muito mal” e a pandemia escancarou isso.

O Estado do Rio tem uma das maiores mortalidades por covid-19, de 103 óbitos por 100 mil habitantes. Parte é explicada pela maior proporção de idosos. Ele culpa também a falta de lideranças locais em saúde. “O Rio piorou na atenção básica, que vem antes do atendimento no hospital, o que dificulta o trabalho de convencimento do isolamento social. O Rio quer, por exemplo, debater abertura de estádio de futebol”, afirma Lago. (Colaboração Rodrigo Carro, do Rio)

Indicadores sociais

Posição do Estado do Rio nos ranking nacionais

Desemprego

5ª maior taxa de desemprego do país, de 16,4% no segundo trimestre deste ano, acima da média nacional (13,3%)

Desigualdade

11ª maior desigualdade de renda em 2019, com índice de Gini (0,551), pior do que Estados do Sul e Sudeste e da média nacional (0,543)

Favelas

5ª maior proporção de aglomerações subnormais em 2019, com 12,6% dos domicílios em favelas, atrás de Estados como Amazonas (34,6%)

Informalidade

6ª menor taxa de informalidade do país em 2019, de 33% dos ocupados no segundo trimestre, abaixo da média nacional (36,9%)

Violência

11ª maior taxa de morte violenta intencional em 2018 (39,1 mortes por 100 mil habitantes), pior do que a média nacional (27,5)

Educação

20ª posição no ranking do Ideb 2019, considerando as escolas da rede pública do Estado do Rio, com 3,5 pontos

Saneamento

2ª posição em número de domicílios ligados à rede de esgoto, com 90,3% das residências conectadas, atrás de São Paulo (92,6%)

Jovens

23,5% dos jovens de 15 a 29 nem estudam, nem trabalham (“nem nem”), pior do Sul e Sudeste e acima da média nacional (23%)